



NO PINTCHA

* ORGAO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E CULTURA *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSA

Luiz Cabral prossegue o périplo europeu

Obtido o reforço da ajuda da CEE e do Banco Mundial

O camarada Presidente Luiz Cabral terminou na passada sexta-feira a sua visita oficial de dois dias à Comunidade Económica após o que prosseguiu o seu périplo europeu, chegando à Noruega. No último dia da visita à sede do Mercado Comum a Comissão Técnica da Guiné-Bissau chefiada pelo camarada Vasco Cabral, do CEL do Partido e Comissário de Estado da Coordenação Económica e Plano, teve uma sessão de trabalho com os altos funcionários da CEE, durante a qual foi feito o balanço geral da cooperação bilateral. Nessa mesma reunião foi assinado um protocolo de assistência para a abertura de 50 furos artesanais na região de Gabú no valor aproximadamente de 48 mil dólares.

Por outro lado, a nossa delegação foi informada pelos responsáveis da CEE do seu voto favorável a uma verba para uma ajuda adicional aos países em vias de desenvolvimento, sendo uma ajuda canalizada pela Associação Internacional de Desenvolvimento-IDA, do

grupo do Banco Mundial, cabendo ao nosso Governo o montante de um milhão de dólares. Essa verba será empregue na aquisição de material para a aviação civil.

Durante a visita o camarada Presidente Luiz Cabral teve um encontro com o presidente do Euro mercado, Roy Jenkins, e com o Comissário para Cooperação e Desenvolvimento, Claude Cheysson. Nessa sessão de trabalho, o chefe de Estado guineense falava sobre as etapas que temos vencido desde a conquista total da independência

e dos principais projectos que temos e do nosso desejo de os realizarmos. No quadro da ajuda internacional e na defesa «intransigente dos reais interesses do nosso povo».

Por seu lado, Roy Jenkins, salientou na sua intervenção a presença do camarada Luiz Cabral na sede da CEE, como «o grande impulsionador da frutuosa cooperação entre a CEE e a Guiné-Bissau» no quadro da Convenção do Lomé.

Após este encontro de trabalho, seguiu-se um al-

(Continua na pág. 8)

Mensagem do Presidente do Ruanda

Habarushaka Claudien, membro do Comité Central do Movimento Revolucionário Nacional para o Desenvolvimento e secretário-geral do Ministério do Interior do Ruanda, fez a entrega, na passada quinta-feira, ao camarada Comissário Principal João Bernardo Vieira, da mensagem do Presidente Ruandês, Juvenal Habyarimana para o camarada Presidente do Conselho de Estado, Luiz Cabral.

Na ocasião, o visitante ruandês, acompanhado do director-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros do seu país, salientaria

as excelentes relações de camaradagem que unem os nossos dois povos».

Habarushaka Claudien chegou ao nosso país na passada quarta-feira e foi recebido no aeroporto pelo secretário-geral do Comissariado de Estado dos Negócios Estrangeiros, Alexandre Nunes Correia. Em declarações à imprensa momentos depois da sua chegada, o hóspede ruandês declararia após ter saudado o nosso povo, que permanecerá na Guiné-Bissau três dias, durante os quais procurará conhecer as principais realizações do nosso país.



Vigorosa resposta angolana às agressões dos racistas

A tensão aumenta na África Austral, onde os racistas, rodesianos e sul-africanos, realizam frequentes agressões contra o território de países soberanos vizinhos.

Angola apresentou na ONU uma queixa contra a África do Sul, após os recentes ataques desta última contra o seu país. A reunião do Conselho de Segurança, marcada para ontem à tarde, foi anunciada no sábado depois de consultas entre os membros do Conselho, tidas sob a presidência

de Leslie Harriman, agressões racistas têm representante da Nigéria.

No campo militar, as

(Continua na pág. 8)

Direito do Mar

Para participar na Conferência sobre o direito do mar a realizar em Genebra e que tratará, entre outros aspectos as questões jurídicas relacionadas com a exploração dos recursos marítimos, partiu no passado sábado para a Suíça o camarada Fidélis Cabral de Almada, Comissário de Estado da Justiça, acompanhado pelo camarada Gil Fernandes, Embaixador da Guiné-Bissau na ONU.

Anteriormente, já partira para a Suíça, integrado nesta delegação da justiça, o camarada Arlindo Vicente da Silva, chefe do Gabinete de Estudos daquele Comissariado. A Conferência decorrerá de 19 de Março a 27 de Abril.

Nesta conformidade, publicamos hoje nas centrais a primeira parte de um depoimento do camarada Fidélis de Almada sobre o direito do Mar.

Comissário Principal visita o BNG

O camarada João Bernardo Vieira (Nino), Comissário Principal do Conselho de Comissários de Estado, efectuou na passada sexta-feira uma visita ao Banco Nacional da Guiné, a convite da direcção daquele departamento estatal. Recordase que esta é a segunda visita que o camarada Nino realiza ao B.N.G. Em 1976 visitou o referido estabelecimento na qualidade de Comissário de Estado das Forças Armadas.

Após ter percorrido as diferentes secções do BNG, acompanhado do respectivo governador Victor Freire Monteiro, e chefes de serviços, a presença do camarada Comissário Principal entre os trabalhadores da instituição seria honrada numa pequena palestra que aí se realizou.

Segundo as palavras de Joaquim Correia, trabalhador do Banco, que usou da palavra em nome

dos seus colegas, e depois da intervenção da funcionária Eurlice Galvão, essa presença «constitui um encorajamento para a realização das tarefas».

A dedicação dos trabalhadores do Banco em levar a bom termo a tarefa que lhes foi confiada pelo nosso Governo, seria alvo do reconhecimento do camarada Nino, que, a respeito das horas extraordinárias que os mesmos oferecem sem retribuição diria que isso revela a alta consciência dos trabalhadores perante a crise económica e financeira que o nosso Estado neste momento vive.

O camarada Comissário Principal salientaria ainda durante a sua intervenção a forma como a direcção do Banco Nacional tem conduzido a nossa política monetária. A criação do Banco de Crédito, preconizada pelo nosso Governo,

mereceu referência do camarada João Bernardo Vieira, que afirmou: «O Banco de Crédito constituirá uma instituição ao serviço do povo e das massas camponesas».

O governo do BNG por seu lado, dirigiu algumas palavras de agradecimento e realçou a importância da visita. Referiu também a boa contribuição dos cooperantes para o avanço dos trabalhos.

O Banco Nacional da Guiné-Bissau conta actualmente com cooperantes do Banco Central do Perú e do Banco Nacional Ultramarino de Portugal. Dois cooperantes intervieram na ocasião para manifestar a sua disposição de cooperar com o BNG, contribuindo deste modo para a realização das tarefas que lhes cabem,

Terminou o acampamento nacional dos pioneiros



Um dos números de ginástica massiva apresentado pelos pioneiros de Nhacra.

Terminou o 1.º Acampamento Nacional dos Pioneiros Abel Djassi. O seu encerramento solene teve lugar no passado dia 15, pelas 16 horas, no sector de Nhacra, local onde foi realizado o referido acampamento.

A cerimónia, a que estiveram presentes vários dirigentes do Partido, entre os quais Otto Scharcht, do CEL e Secretário do CNG, Tiago A. Lopes também do CEL, João da Costa, Manuel Santos, José Pereira e Domingos Brito, todos eles do CSL do

Partido e duas representantes da Comissão Feminina, começou com uma intervenção do camarada Jamel Handem, responsável político do acampamento, que fez uma breve resenha do que foi o 1.º acampamento realizado na nossa terra livre e independente. Em seguida, e em representação dos seus camaradas, tomou a palavra o pioneiro Aristides que louvou a iniciativa da realização, deste primeiro acampamento, que, segundo ele «cria entre as crianças de todas

as regiões amor ao Partido e amizade entre elas».

A camarada Filomena Barreto, na sua qualidade de responsável nacional da OPAD, usaria da palavra durante a cerimónia, na qual afirmaria que houve dificuldades, mas que a experiência foi encorajante, e mostrou que é possível realizar acampamentos em outros pontos do país.

Para encerrar a cerimónia, usariam da palavra os camaradas João da Costa e Otto Scharcht que reafirmariam todo o apoio e

confiança que o Partido e Estado depositam na nossa organização juvenil, que é o viveiro onde serão recrutados depois os futuros dirigentes do nosso país.

Depois do encerramento solene, o grupo de jovens de Nhacra que tomou parte na ginástica massiva apresentou alguns números, e o conjunto musical dos pioneiros «África Livre» abrilhantou a última noite do acampamento nacional «Iorna Tambá».

Mário Cabral regressou de Lisboa

● Encontro com o ministro português da Agricultura

Aspectos ligados à cooperação entre Portugal e Guiné-Bissau no domínio da agricultura foram objecto de contactos do camarada Mário Cabral, Comissário de Estado do Desenvolvimento Rural, durante a sua permanência na capital portuguesa para assistir, em representação do nosso Partido, ao Congresso do Partido Socialista português.

Em declarações à imprensa, à sua chegada, Mário Cabral classificaria de muito proveitosa a sua assistência aos trabalhos do Congresso, frisando que a nossa delegação não só assistiu à apresentação do relatório do Secretário Geral do PS, dr. Mário Soares, como à discussão de um documento de base — «Dez anos para mudar Portugal» — proposta de governo do Partido Socialista.

Após o Congresso, o camarada Mário Cabral teve um encontro com o dr. Mário Soares.

Além da participação num convívio cultural realizado na ocasião, o titular da pasta do Desenvolvimento Rural teve vários encontros e contactos com departamentos ligados à agricultura, sendo recebido pelo ministro da Agricultura e Pescas português.

Por outro lado, o camarada Mário Cabral fez uma «visita de saudade» ao Instituto Superior de Agronomia e deslocou-se igualmente a outras instituições agrónomicas portuguesas.

Antes de regressar a Bissau, Mário Cabral, visitou a República Democrática de S. Tomé, onde teve um encontro com os nossos estagiários que ali se encontram, tendo visitado a Estação Zoo-técnica.

Conferência da FAO

sobre a utilização de adubos

Problemas ligados à utilização de adubos nos

países em vias de desenvolvimento, com destaque para o processo de vulgarização de novas técnicas será o tema central da Conferência da FAO (organismo especializado da ONU para a Agricultura e Alimentação) que decorrerá durante dez dias em Roma. Para representar o nosso país na referida reunião, seguiu na quarta-feira passada para Itália, o camarada Lúcio Brito, responsável do departamento de Hidráulica Agrícola e Solos, do Comissariado de Estado do Desenvolvimento Rural.

5 anos de relações diplomáticas entre a Guiné-Bissau e a China

Em comemoração do 5.º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre a Guiné-Bissau e a República Popular da China, a embaixada chinesa no nosso país ofereceu uma recepção alusiva à data, nas suas instalações em Bissau na quinta-feira passada.

Além do Embaixador

chinês Chia Huai-Chi e dos restantes membros da missão diplomática, tomaram parte nesta comemoração vários membros do nosso Governo, entre os quais, o camarada Victor Saúde Maria, Comissário dos Negócios Estrangeiros, Armando Ramos, Comissário do Comércio, Indústria e Artesanato, Mário Cabral, Co-

missário do Desenvolvimento Rural e Alexandre Nunes Correia, secretário-geral do Comissariado dos Negócios Estrangeiros.

Depois do «cocktail» e do jantar oferecidos pelo Embaixador, seguiu-se a projecção de um filme sobre a guerra de resistência chinesa à invasão japonesa.

Documentário soviético sobre a Guiné-Bissau

«A Guiné-Bissau de hoje» é o título de um documentário realizado por Nodar Palia-chyili, dos estúdios da Georgia (República Soviética da Transcaucasia). A película fala do trabalho do povo construtor de uma vida nova das actividades de Amíl-

car Cabral, organizador e inspirador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde.

O filme inclui também uma entrevista de Luiz Cabral, Presidente do Conselho de Estado da nossa República.

Responde o povo

Leite «Blufo» reapareceu, em qualidade e quantidade

Nas ruas de Bissau o leite «Blufo» reapareceu é com grande abundância. Se outrora esse importante alimento não teve boa aceitação por parte do público, agora é muito procurado, porque a sua qualidade melhorou bastante, embora se lamenta ainda o seu curto período de conservação.

O «Nô Pintcha», saiu à rua e ouviu opiniões de três consumidores deste produto:

AO ALCANCE DAS NOSSAS BOLSAS

Braima Quetá, estudante trabalhador — Julgo que agora o leite é mais bem feito, quer dizer, que o que se fazia dantes era a título experimental, tanto assim que era oferecido. Acho que é uma boa iniciativa por parte do nosso Estado, porque vem

deste modo ajudar todos aqueles que não dispõem de meios suficientes para comprar leite em lata. Este leite é de longe melhor do que o primeiro que, talvez por defeito da composição, provocava diarreia às pessoas, o que provocava medo de o beber. Agora já ninguém disconfia, porque é bem feito.

POUCA DURAÇÃO

Maria Beatriz Garcia, empregada da Socomi —

O leite que se faz agora é sem dúvida melhor do que o que se fazia dantes. Acho correcto este método de distribuição, porque se fossem a vendê-lo num sítio só, muitas pessoas não teriam oportunidade de o comprar.

A única coisa que reprovo é a embalagem que é um pouco fraca, porque se colocarmos o leite na geladeira, passados dois dias corta e, além do mais, muitas pessoas dizem que

depois de fervido também corta.

Portanto, acho que se devia rever a composição e a embalagem. De resto, acho que é uma boa iniciativa, porque a carência de leite em Bissau acabou, e queria dizer aos trabalhadores desta fábrica para que se esforcem no sentido de dar continuidade, para não pararem e para fazerem leite um pouco mais forte.

PARA ALÉM DE LEITE SIMPLES, MISTURA COM CACAU

Fernando Correia, tra-

balhador estudante — Acho que leite «Blufo» agora é muito mais bem feito do que anteriormente, na medida em que os rapazes que lá estão a trabalhar já ganharam um pouco de experiência.

Este produto também é bom para a alimentação das crianças. Não sei se já é vendido no interior do país, caso não, acho que deveria ser. Aqui em Bissau o método da sua venda é muito bom, porque não provoca bichas, mas lá no interior seria melhor arranjar uma casinha para melhor se ven-

der, porque com a venda ambulante haverá sempre pessoas que não conseguirão comprar esse tão procurado líquido.

Parece-me que a fábrica é um pouco pequena para, futuramente, satisfazer as necessidades da população. Também queria dizer aos responsáveis da fábrica que se esforcem no sentido de passar a fazer mistura com cacau, porque a maioria das pessoas compram-no e misturam-no depois com cacau. Haverá possibilidades de fazer isso? Espero que sim.

Mosteiros: capital caboverdeana do café

Produção máxima pode ser ultrapassada em mais de 500 hectares

A zona junto ao embarcadero e ao pequeníssimo cais, contíguo à Fábrica de Descasque do Café é, ainda hoje, a zona mais movimentada da velha vila dos Mosteiros, no termo Norte da ilha. Em tempos longínquos chegaram a produzir-se 600 toneladas anuais do odoroso café do Fogo. Hoje, a produção não ultrapassa 50 toneladas por safra.

Mil e setecentos habitantes, águia bombada desde uma nascente ao nível do mar até uma altitude de 20 metros, a 7 quilómetros da povoação, grande ocorrência ao posto-médico, ao comércio e ao posto administrativo, a algum movimento de meios de transporte, a vila dos Mosteiros é já uma imagem descolorida da capital caboverdeana do café.

Os últimos anos de seca que se abateu sobre as ilhas de Cabo Verde são os grandes culpados da baixa fulgurante da

produção do internacionalmente conhecido café do Fogo. Mas as razões profundas desta situação desastrosa para a economia da ilha devem procurar-se na idade mais que provecta da maior parte das plantas do cafezeiro, atingindo algumas delas mais de 100 anos.

Pelo sistema de repartição até à ínfima parcela das heranças fundiárias, muitos cafezais são entregues pelos seus proprietários para exploração a um familiar, que isolado, não tem poderes de decisão para substituir a planta e unicamente é solicitado a enviar o fruto monetário da safra anual.

Um plano de incremento da plantação do cafezeiro e pressões para a substituição das antigas plantas estão a ser desenvolvidos, desde há três anos, pelos técnicos do MDR, que defendem que tratamentos fito-sanitários

adequados e adubações racionais podem fazer subir os 60 gramas de produção por pé para os 500 ou 600 gramas.

Os 200 hectares hoje preenchidos com a cultura do café, podem, segundo os técnicos do Ministério do Desenvolvimento Rural, ser estendidos até 600 ou 700, desde Fernão Gomes e Mosteiros até a zona da Ribeira do Ilhéu.

A produção desceu já às 30 toneladas. Subiu de novo em 1975, às 200, mas estabilizou nas 50. Longe vão os tempos áureos das décadas de trinta e quarenta, em que se atingia as 600 toneladas anuais, causa grande do brilho e esplendor opulento da vila, do mais conseguido toqué nordestino, palmeiras e coqueiros em todo o horizonte, casas estendidas fajã além, junto ao mar, solares com grandes sobrados contra o vulcão e o lufalufa constante de muitos

burros, mulas e cavalos carregados de café para os botes do embarcadero, rumo ao largo, onde os barcos aguardavam...

Um avião Islander chega, agora, três vezes por semana, alguns animais partem com o milho e o feijão dos armazéns da EMPA, o comércio é lento e as pessoas aglomeram-se para os cuidados do enfermeiro no Posto Médico.

Pescadores aventureiros fazem com os remos malabarismos heróicos para cruzar a estreita nega de água, entre as rochas, e conseguir chegar ao pequeno cais-embarcadero só para botes.

Duas toneladas de café são ainda diariamente descascadas na Fábrica do Estado naquele clima quente e húmido, de sombreiro e lento cachimbo voltado para o mar, horizonte muito belo de entre a África e a América.



AMILCAR CABRAL

A prática revolucionária

4. As relações Internacionais

I. As opções da CONCP (X)

(...) Como todos os povos do mundo, queremos viver, trabalhar em paz, queremos construir o progresso do nosso povo. Como todos os povos do mundo, temos o direito de nos revoltarmos contra a dominação estrangeira. Como todos os povos do mundo, temos hoje uma base legal para a rebelião, para reivindicar os nossos direitos, temos a Carta das Nações Unidas. E se a Carta das Nações Unidas não chega, se as próprias Nações Unidas não chegam, os nossos povos podem expulsar para sempre, pelos sacrifícios que fazem todos os dias, o colonialismo português do solo da nossa pátria.

(X) Extracto do discurso pronunciado na sessão plenária de 5.10.65 na 2ª Conferência das organizações nacionalistas das colónias portuguesas, in La Conferência de Dar-Es-Salam, edição da CONCP, Argélia, Agosto de 1967.

A UNIDADE AFRICANA

Em África, batemo-nos pela unidade africana, mas pela unidade africana a favor dos povos africanos. Consideramos que a unidade é um meio e não um fim. A unidade pode reforçar, pode acelerar a realização dos fins, mas não devemos trair o objectivo em vista. É por isso mesmo que não estamos muito apressados em reclamar a unidade africana. Sabemos que ela surgirá passo a passo, como um resultado dos esforços fecundos dos povos africanos. Surgirá ao serviço da África, ao serviço da humanidade. Estamos convencidos, absolutamente convencidos, na CONCP que a valorização, em conjunto, das riquezas do nosso continente, das capacidades humanas, morais, culturais do nosso continente, contribuirá para criar um espaço humano rico, consideravelmente rico, que por seu lado contribuirá para enriquecer ainda mais a humanidade. Mas não queremos que o sonho deste fim possa trair nas suas realizações os interesses de cada povo africano. Nós, por exemplo, na Guiné e em Cabo Verde, declaramos abertamente no programa do nosso Partido que estamos prontos a unir-nos seja com que país africano for, e para isso apenas somos uma condição: que as conquistas, as aquisições do nosso povo na luta de libertação nacional, as aquisições económicas, sociais, de justiça que pretendemos e realizamos já pouco a pouco, que tudo isto não seja comprometido por unidades com outros povos. É a nossa única condição para a unidade.

(*) (Extraído do Manual Político)

"Cooperativa Agrícola da Várzea de Santana"

— um filme documentário da reconstrução nacional

Ano de 1976, interior da ilha de Santiago, Pico da Antónia, Cooperativa Agrícola de produção da Várzea de Santana. Treze homens e três mulheres trabalham do nascer ao pôr do sol 24 hectares de terra, dos quais seis irrigados, em culturas de cereais e legumes. Com uma grande dívida às costas desde 1968 (ano da criação da cooperativa), mantêm a unidade, trabalham, discutem, reúnem-se, debatem os problemas, avançam as soluções, pesam as alternativas, prevêm os prós e os contras... decidem tudo numa base de entendimento, em busca do interesse da colectividade. Noventa pessoas estão dependentes da sobrevivência da Cooperativa Agrícola de Produção.

Numa manhã, pelo cacimbo, mar, gravador, muito amor três cineastas chegaram para apanhar o real. Uma belga, dois alemães, câmara de filmar, gravador, muito amor pela terra e pela gente de Cabo Verde, e uma vontade grande de mostrar aos outros traba-

lhadores caboverdeanos e aos amigos de Cabo Verde em muitas partes do mundo, a vida de um grupo de camponeses e a sua luta pela sobrevivência e pelo progresso da cooperativa, num período fulcral da Reconstrução Nacional.

Dois anos depois, no passado fim de semana, as imagens e o som da Várzea de Santana chegaram a Santiago. Segunda parte da série «Cabo Verde Independente», rodado após «Os Camponeses do Pico Antónia» ainda não terminado, «A Cooperativa Agrícola de

Produção de Várzea de Santana» foi já projectada em ante-estreia na presença de alguns dos camponeses seus protagonistas, e em breve começará uma série de primeiras, exposições de cooperativas, aldeias, associações e unidades de trabalho.

Bela fotografia, boa montagem, toda a cor das manhãs de Santiago, do sol e do castanho intenso dos grandes horizontes, o verde luxuriante das zonas irrigadas, a crueza dos rostos, a sensibilidade dos cambiantes, o calor e a garra das discussões, o fogo da cachupa, a intimidade da casa.

«Cabral cá mori» e «Nós terra é pa nós povo» são dois temas musicais belamente aproveitados na banda sonora do filme-documentário de 90 minutos, extraordinariamente enriquecido com as conversações em crioulo dos camponeses da Várzea.

Marcado por um forte didactismo, descritivo e muito acessível, o filme constitui um belo contributo para o registo em imagem e para a divulgação do que, desde a independência, está a ser esta nossa luta pela Reconstrução Nacional.

Precioso instrumento de trabalho político, como introdução à discussão dos problemas do cooperativismo nos vários locais em que já existem iniciativas similares, «A Cooperativa Agrícola da Várzea de Santana» é da autoria de Sophie Kotayni, Tamara Weiss e Gunter Heidrich e obteve já o Prémio de Solidariedade do festival da cidade alemã de Leipzig, no ano passado.

Por iniciativa do Departamento de Informação do PAIGC, o documentário será brevemente projectado em sessão especial para os camponeses da Várzea.

Primeira Assembleia da JAAC em Santa Cruz

Sob o lema «Continuar a mobilização para o reforço da Organização», realizou-se no domingo passado a 1.ª Assembleia do Sector da JAAC de Santa Cruz, tendo como presidente de honra o camarada José Eduardo Barbosa, Secretário Nacional Adjunto da Juventude Africana Amílcar Cabral.

A reunião teve lugar na vila de Pedra Badejo, com a presença dos delegados de todas as regiões do concelho, tendo-se registado boa participação de todos na discussão dos assuntos que dizem respeito à Organização da Juventude, nas zonas de Santiago Maior e Órgãos.

Dois pontos fundamentais constaram da ordem do dia — o relatório central e o programa de acção para 1979.

A primeira Assembleia do Sector de Santa Cruz, que abrange duas zonas principais, Santiago Maior e Órgãos, esta mais avançada na organização, analisou ainda a situação económica e social da juventude no Concelho, salientando a necessidade de resolver algum problema de emprego, no sentido de diminuir a emigração, por vezes terrível sorvedouro de quadros da organização juvenil do Partido. A criação de centros sociais e desportivos,

salientou-se como uma das soluções apontadas pelos delegados para o aproveitamento dos tempos livres da juventude, afastando-a de prática degradante, como o alcoolismo, a prostituição e jogos de azar.

A preocupação manifestada por jovens membros da JAAC sobre a necessidade de se proceder à alfabetização de um não muito numeroso contingente juvenil ainda analfabeto, assim como a vontade grande de superação cultural, num concelho quase totalmente agrícola, constituiu nota dominante nas várias intervenções.

Uma fonte inesgotável de riquezas e um perigoso factor d

— depoimento do camarada Fidelis Cabral d'Almada

A importância que a exploração das riquezas biológicas e mineiras dos mares já têm neste momento, e, muito mais, aquela que virá a ter nos próximos anos, poderá constituir fundamento determinante para uma nova ordem económica internacional, mas poderá também constituir um perigoso factor de conflitos entre as diversas potências imperialistas, entre estas e os países subdesenvolvidos, e mesmo entre os próprios países subdesenvolvidos.

Se as fronteiras territoriais têm sido objecto de disputas praticamente desde que existem Estados, as fronteiras marítimas nunca assumiram um significado económico particular, mas apenas, esporadicamente, militar. Daí que a sua definição tenha sido feita, até há bem pouco tempo, de acordo com o maior ou menor alcance dos canhões dos Estados ribeirinhos.

A definição de um verdadeiro direito do mar e a constituição de mecanismos internacionais capazes de o fazer respeitar, está, praticamente, ainda por fazer.

Ao nosso país, esta questão interessa particular-

mente, e por isso o nosso governo tem desenvolvido intensa actividade nos meios internacionais para que se avance rapidamente na sua definição.

Pela importância e actualidade de que o tema se reveste, pedimos ao camarada Fidelis Cabral de Almada, Comissário de Estado da Justiça, que nos desse um depoimento sobre os trabalhos em que o seu departamento tem tido participação activa. Dada a sua extensão, publicaremos esse documento em duas partes. Os títulos e subtítulos são da responsabilidade da redacção.

Em diferentes épocas, vários Povos tiveram sempre a pretensão de considerar seus, certos mares. É o caso dos Romanos que diziam do Mediterrâneo «Mare Nostrum» — o nosso Mar.

No Norte da Europa a Suécia e Dinamarca tiveram idênticas pretensões a respeito do Mar Báltico.

Finalmente os portugueses tentaram afirmar os seus direitos de soberania sobre todos os ma-

res descobertos.

No século XVII surgiu uma nova teoria acerca dos mares com a publicação do livro do escritor Grôtius, «Mare Liberum», no qual se defendia o princípio de que nenhum país devia exercer a sua soberania sobre o Mar Alto.

Daí por diante, estabeleceu-se uma grande controvérsia entre os partidários de uma e outra tese, quando apareceu a Inglaterra a pretender-se proprietária de todos os mares que a cercavam.

Com a Revolução Francesa firmaram-se, final-

mente, os princípios da liberdade dos mares e da igualdade de direitos entre todas as nações.

Estabelecido o princípio da liberdade dos mares — entenda-se o Mar — abertos à navegação de todos os Estados, faltava ainda definir o regime jurídico dos espaços adjacentes às costas dos Estados, o chamado Territorial ou Água Territorial.

O Direito Internacional marítimo é um dos ramos de Direito que mais pouco desenvolvimento teve nos séculos. Ainda ho-

Balanço do trabalho partidário apresentado pelo camarada Aristides Pereira (conclusão)

A última parte do relatório do camarada Aristides Pereira, Secretário-Geral do PAIGC e Presidente da República irmã de Cabo Verde apresentado à reunião do CSL realizado recentemente em S. Vicente que publicamos na nossa edição de hoje trata da acção de controlo que deve exercer-se pelos órgãos superiores do Partido e de cada quadro ou militante, da necessidade do cumprimento das directrizes emanadas do III Congresso do PAIGC e da questão da Unidade Guiné-Cabo Verde.

É oportuno sublinhar a grande atenção que devem merecer-nos as actividades no plano internacional, tanto para o desenvolvimento da própria vida partidária interna, como para o reforço das nossas relações de estado. A isso acresce a circunstância especial de o prestígio internacional do Partido exigir de nós uma diplomacia activa e capaz de, em cada momento, exprimir correctamente a **nossa posição face aos problemas mundiais.**

APERFEIÇOAMENTO DOS MÉTODOS DE TRABALHO

Queremos, antes de encerrar esta introdução às nossas discussões, tecer breves considerações sobre alguns aspectos da vida partidária que nos parecem ser da maior importância.

Uma questão que vem preocupando a Direcção do Partido é a do aperfeiçoamento dos nossos métodos de trabalho.

Para atingirmos essa finalidade, um objectivo que deveremos fixar-nos imediatamente é o de organizarmos o nosso trabalho de acordo com programas previamente estabelecidos. Da base ao to-

po, cada órgão deve estabelecer planos por períodos de actividades (anual, semestral, trimestral ou mensal), fixando-se as tarefas que caberá a cada órgão, organismo, responsável ou militante.

É evidente que a adopção de um tal método de trabalho implica uma acção de controlo de execução das tarefas a exercer-se não só em relação aos membros do próprio órgão que controla, mas também em relação aos órgãos que lhe são subordinados.

Este método de trabalho mais não é, afinal, do que uma forma de aplicação do princípio do centralismo democrático, o qual exige que cada membro ou estrutura do Partido preste contas do cumprimento das tarefas que lhe são confiadas.

A acção de controlo deve também exercer-se através do acompanhamento constante, pelos órgãos superiores, das actividades de cada estrutura e, até mesmo, de cada quadro ou militante. Só assim será possível evitarem-se erros individuais ou colectivos muitas vezes facilitados pelo isolamento ou, até mesmo, problemas de carácter pessoal. Só assim também será possível aos organismos com funções

dirigentes não só detectar e prevenir a tempo as falhas, como obter o conhecimento dos militantes, indispensável à correcta definição de uma política de quadros.

Intimamente ligada à questão que esboçamos, encontra-se o problema importantíssimo da observância rigorosa das normas estatuídas e das decisões tomadas a todos os níveis.

Deve-se, por exemplo, evitar o erro frequentemente verificado da quase substituição dos órgãos, no exercício da sua competência, por pessoas que deles fazem parte — em geral os seus principais responsáveis — em violação do princípio da direcção colectiva.

Condicionando o melhoramento da nossa actividade está não só a questão dos quadros — de que já tivemos ocasião de tratar —, mas também o problema da existência de condições materiais de trabalho favoráveis. De resto, da função reconhecida ao Partido de força dirigente da sociedade decorre a absoluta necessidade de darmos atenção a certos aspectos que, parecendo menores e exteriores, não podem deixar de afectar, quando tratados inconscientemente, o próprio prestígio do Partido.

Um dos referidos aspectos é a necessidade de garantirmos às estruturas do Partido, nomeadamente nas regiões e sectores, instalações compatíveis com a dignidade da função que com-

pete aos órgãos partidários a esses níveis.

Como reflexo directo não só na afirmação do prestígio do Partido, mas na própria capacidade de trabalho dos referidos órgãos, é a questão da existência de meios de transporte que permitam aos responsáveis o controlo permanente das respectivas áreas de acção.

A MARCHA PARA A UNIDADE ESTÁ MAIS RÁPIDA

Os problemas que acabamos de tratar sumariamente têm, como é óbvio, uma ligação íntima com a questão extremamente importante do exercício efectivo, pelos diversos escalões, da função dirigente da sociedade que é reconhecido ao Partido pelas nossas leis fundamentais.

Forçoso é admitir que, se a nível da Direcção superior, essa função é normalmente exercida, ainda não conseguimos, nos escalões intermédios e na base, que o Partido assumira a inteira responsabilidade que lhe cabe como força dirigente da nossa sociedade. E se é verdade que, por vezes, os órgãos intermédios e de base do Partido não estão em condições de cumprir cabalmente a sua função de orientação e controlo, não é menos certo de que, muitas das vezes, são também disso impedidos por resistências criadas pela incompreensão de que dão mostras alguns responsáveis administrativos do

papel que cabe às organizações partidárias.

Exemplifiquemos: não pode pretender-se que um Grupo do Partido de um local de trabalho mantenha os trabalhadores mobilizados para a produção, que exerça um controlo da utilização dos meios, que estimule o aumento da produtividade, etc., se não for associado à vida desse local de trabalho de molde a estar da posse dos dados e informações que lhe permitam conhecer concretamente a situação existente e as metas e objectivos a atingir. Da mesma forma, um comité regional não estará em condições de cumprir as suas funções dirigentes se não estiver bem informado da situação prevalente na respectiva região, dos projectos de cada organismo regional do Estado, etc.

Mais não estamos, afinal, do que a chamar a atenção para a necessidade do cumprimento de disposições da Lei e de directivas concretas sobre a matéria, emanadas do nosso III Congresso. De resto, em situações como a nossa, o simples bom senso recomenda a máxima conjugação e coordenação dos esforços, repudiando-se qualquer tendência para cada um fechar-se sobre si próprio, como se bastasse a resolução dos problemas do seu departamento para a solução dos da região ou do país.

Queríamos, a finalizar esta breve introdução aos nossos trabalhos, abordar brevemente a importante

questão da constituição da Unidade Guiné-Verde.

O CSL vai, ouvindo um relatório sobre os resultados da Conferência Intercontinental, realizada no passado em Bissau, não essa que foi, mas sim na criação de condições para a realização da unidade.

A experiência dos últimos meses nos últimos meses, porém, a nossa marcha para a unidade será mais objectiva final, a pressa alcançada programada no com metas de atingir em cada

Trata-se aqui de uma tarefa que, no que a estruturas existentes, deveria ser com o Conselho de União, já primeira reunião, lugar em Maio. Camaradas:

Ao iniciar os trabalhos de mais uma reunião do Conselho Superior, façam o compromisso de dar alguns passos no sentido da realização dos objectivos do Programa e do cumprimento de que, o Conselho de U. G. C. vai sair o melhor estruturado, preparado para cumprir a nobre missão que nos nossos povos também sair unidos e mais a aceitar todos os desafios que forem lançados para nós, ainda mais alto, o PAIGC, do nosso povo

conflitos

um direito em formação. Por isso mesmo, nunca existiram normas obrigatórias e nem unanimidade no que respeita à largura do Mar Territorial. No entanto, estabeleceram-se alguns critérios sendo os mais antigos os seguintes:

a) alcance da voz humana; b) dois dias de viagem; c) fundo dado pela sonda; d) horizonte visual; e) alcance da artilharia, e f) distâncias fixadas em milhas, etc.

A FORÇA DOS CANHÕES IMPÕE O DIREITO

Dentre todos esses critérios, o mais conhecido desde o século XVII é do «alcance do canhão», que foi posteriormente traduzido numa distância de três milhas, máxima distância que atingiam os canhões dessa época.

Este critério foi mais ou menos aceite por todos os estados porque, em termos de segurança, punha-os ao abrigo das agressões dos outros Estados. Porém, com avanço da técnica da artilharia, os canhões passaram a atingir distâncias muito maiores, razão porque se impunha a necessidade de se adoptarem novos critérios na evolução do Direito Internacional Marítimo em geral.

A primeira tentativa a esse respeito foi feita pela Comissão de Codificação do Direito Internacional Marítimo reunida em 1930, sob o patrocínio da Sociedade das Nações.

Essa Comissão tentou levar todos os Estados a adoptarem um valor uniforme de seis milhas da costa para a largura do Mar Territorial.

A oposição das grandes potências marítimas, porém, provocou o fracasso dessa proposta.

Na ausência de normas aceites internacionalmente sobre a largura do Mar Territorial, os Estados passaram a fixar diferentes extensões, maiores ou menores, conforme os interesses a defender, e procuravam levar os outros Estados a reconhecer a sua pretensão.

Assim, enquanto que alguns Estados se limitavam a uma distância de três milhas para o seu Mar Territorial, outros fixavam uma distância de seis milhas e, em alguns casos, até de 12 milhas.

Com o objectivo de en-

contrar uma solução uniforme e definitiva, a organização das Nações Unidas promoveu a realização da I Conferência sobre o Direito do Mar, em 1958, em Genebra.

Apesar de não se ter chegado, nessa Conferência, a uma conclusão certa quanto à distância do Mar Territorial, um princípio ficou, contudo, consagrado: a tendência de se fixar a largura do Mar Territorial em 6 milhas, ficando o Estado ribeirinho com o direito da exploração dos recursos biológicos (a pesca), até a uma distância de 12 milhas da costa.

PRINCÍPIOS NÃO-VINCULATIVOS

Da II Conferência das Nações Unidas, reunida em Genebra em 1960, sobre o Direito do Mar, surgiu a tendência para a aceitação da largura de 12 milhas para o Mar Territorial.

Se de todas estas tentativas de codificação do Direito do Mar não resultou nenhuma norma jurídica que seja obrigatória para todos os Estados, podemos contudo afirmar que vários princípios e critérios foram estabelecidos em Genebra, e mais ou menos respeitados pelos Estados. Entre eles podemos destacar:

a) O critério da definição das águas interiores dos estados;

b) O critério da definição da «linha de base a partir da qual se mede a largura do Mar Territorial»;

c) O da Zona Contígua ao Mar Territorial e da plataforma continental;

d) O princípio da passagem pacífica ou inofensiva; e finalmente,

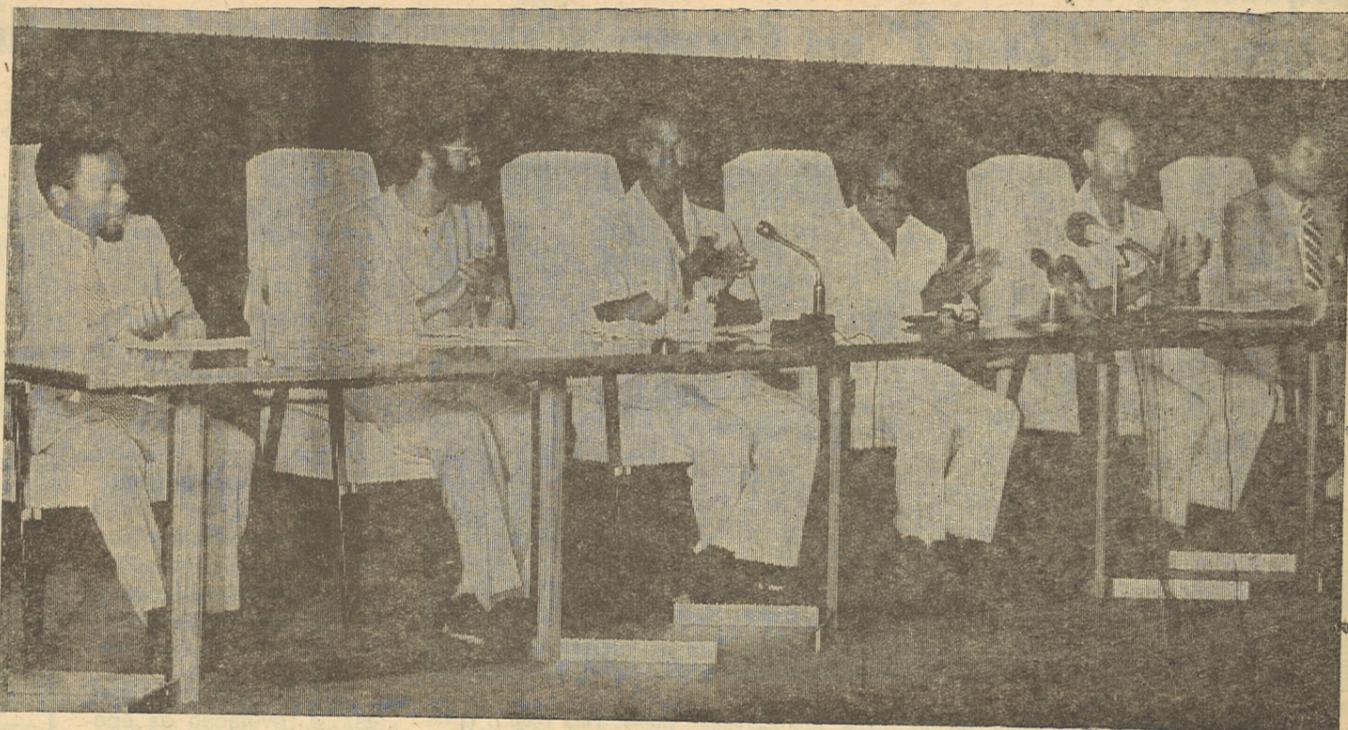
e) Os critérios para definir os limites laterais do Mar Territorial, ou seja, a delimitação das fronteiras marítimas entre dois Estados ribeirinhos.

Tradicionalmente, vários critérios foram adoptados para a delimitação das fronteiras marítimas entre dois Estados, sendo de destacar o do «prolongamento da linha de fronteira terrestre» e o da «perpendicularidade do sentido geral da costa».

Estes dois critérios estão hoje ultrapassados, pois que a Convenção de Genebra de 1958 estabelece o seguinte critério,

(Continua na página 6)

Justiça



Conclusões do 1.º Encontro dos Ministros da Justiça dos países africanos de expressão portuguesa (1)

No primeiro encontro dos Ministros da Justiça de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, realizado em Luanda, de 19 a 24 do passado mês de Fevereiro, importantes medidas foram tomadas no sentido de se fazer da justiça, nos cinco países africanos, uma instituição democrática e popular, na mais ampla acepção destes termos. Devido à importância deste encontro, cujo acto de encerramento foi presidido pelo primeiro dirigente da República Popular de Angola e do MPLA — Partido do Trabalho, o camarada dr. Agostinho Neto, publicamos neste número, a primeira parte das conclusões dele extraídas.

O nosso país esteve representado neste encontro por uma delegação do Comissariado de Estado da Justiça, chefiada pelo dr. João Cruz Pinto, Procurador-geral da República.

«A EDIFICAÇÃO DOS NOVOS ESTADOS E O PAPEL DO DIREITO»

O Direito, como fenómeno social, ergue-se sobre a base das concretas condições históricas em que vigora, nomeadamente da estrutura económica da sociedade, de que é produto e manifestação.

Por isso mesmo, o Direito reveste-se de um indiscutível carácter de classe, constituindo um dos instrumentos de dominação da classe ou classes dominantes, de acordo com os interesses que a sua situação económica e social lhes determinam.

Nos nossos países, a função dirigente do Estado e da Sociedade cabe aos respectivos Partidos que, interpretando os legítimos anseios e interesses das grandes massas do povo trabalhador, soberam conduzir com êxito a luta contra a dominação colonial e, uma vez conquistada a Independência, se propõem agora empreender a construção de uma sociedade mais justa, onde o poder exercido pelas massas populares

conduza à abolição da exploração do homem pelo homem.

Ao Direito cabe assim, e desde logo, o importante papel de garantir as conquistas e transformações sociais já alcançadas com o processo revolucionário, bem como o de consolidar os novos Estados saídos das lutas de libertação nacional contra o colonialismo e o imperialismo.

Cabe-lhe ainda a função de dinamizar o processo de transformação social, económica e política, propondo e consagrando medidas de conteúdo avançado que, atendendo às condições concretas de cada País, vão ao encontro dos interesses das massas trabalhadoras.

A EDIFICAÇÃO DA JUSTIÇA POPULAR

Como corolário das bases fundamentais de organização sócio-económica e política que adoptaram desde a Independência, todos os Estados participantes fizeram já opção clara e expressa por uma Justiça Popular.

Da convergência das posições básicas de cada um quanto ao Estado, Direito e Justiça, resultou uma extensa coincidência de soluções, quer no que respeita aos princípios orientadores da edificação da Justiça Popular, quer no que se refere a vários aspectos da sua materialização.

Assim, todos os Estados participantes organizam os respectivos sistemas judiciários, acentuando nos seguintes princípios:

— A justiça deve ser instrumento de realização e defesa dos interesses das massas populares em especial das classes trabalhadoras; As massas populares participam, de forma organizada, na administração da Justiça; A Justiça deve ser factor de educação e mobilização cívica e política das massas populares; Os juizes são independentes no exercício das suas funções.

Por outro lado, não obstante, em alguns casos, o diferente estágio de concretização, todos os Estados participantes promovem a realização dos seguintes objectivos:

— colegialidade de todos os tribunais; eleição de juizes; tribunais de base compostos só de juizes eleitos; maioria de juizes eleitos na composição dos tribunais dos restantes escalões; participação de leigos na administração da justiça, em paridade com juizes profissionais; cobertura de todo o território nacional com uma rede satisfatória de tribunais populares; instituição de

um sistema unificado de Justiça.

Na edificação da Justiça Popular, um papel importante cabe aos Ministérios da Justiça, devendo competir-lhes, nomeadamente:

— Promover e dinamizar todas as acções necessárias ou adequadas à criação, consolidação e desenvolvimento de uma justiça realizada com a participação do Povo e posta ao seu serviço; Participar, activamente, na criação de uma nova legalidade; Realizar a sistematização e codificação das leis e a sua ampla e profunda divulgação no seio das massas populares; Colaborar no processo da formação de quadros de nível básico, médio e superior, em Direito; Criar as condições para garantir a assistência jurídica a todos os cidadãos, de acordo com as condições materiais de cada um.

Num sistema de Justiça Popular, a Procuradoria da República deve ter como função principal a de defesa e controle da legalidade, velando pelo exacto cumprimento da lei por parte dos organismos estatais das organizações sociais e de massas, das entidades económicas, e dos cidadãos.

A garantia do direito de acesso aos tribunais e do direito de defesa a todas as pessoas, independentemente da sua situação económica, é, também, uma das exigências da Justiça Popular.

Basquetebol feminino da Guiné-Bissau no torneio da "Zona 2" em Conakry



A selecção Nacional de basquetebol, de pé: Irene, Ana Carvalho, Romy, Tina (cap.), Lisdália, Domingas e Júlia. Em baixo: Carol, Nonô, Neidinha, Lurdes Pimentel e Fátima

As selecções nacionais de basquetebol feminino da zona-2; Cabo Verde (ainda em dúvida devido à reestruturação do seu desporto), Mauritânia, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali, Senegal e Guiné, reunir-se-ão em Conakry, num torneio internacional para apuramento da equipa campeã da nossa zona desportiva.

A nossa selecção seguiu ontem, de manhã, para o país vizinho. Os jogos iniciam-se hoje, conforme o sorteio efectuado numa reunião realizada no Estádio 28 de Setembro, cujo resultado desconhecemos ainda.

Esta é primeira vez que as nossas jovens basquetebolistas participam, num encontro desta natureza. Apesar da importância do encontro, as seleccionadas tiveram 10 dias de

treinos, que se podem classificar «de emergência». Só foi possível reunir as seleccionadas, das duas únicas equipas existentes no país, em 6 dias de treino de conjunto, o que pode influenciar na disposição táctica da equipa nacional. Contudo, reina no conjunto um bom espírito de camaradagem e as atletas estão determinadas a fazer uma boa figura na capital guineense.

Numa das sessões de treino, que se realizou no ringue da Amura, abordámos o treinador cubano José Luiz Gomes que nos falou das possibilidades desta nossa equipa: Na equipa reina boa disposição, por isso, no domínio de camaradagem não haverá quaisquer problemas, porque as seleccionadas

já se conhecem há muito.

O problema fundamental, é o táctico, devido a dificuldade que tive em reunir as atletas das duas equipas. No entanto, acho que faremos uma boa apresentação, apesar de não conhecer o nível das outras equipas.

A nossa caravana desportiva é composta por 12 atletas: das FARP, Tina (capitã), Romy, Nonô, Carol, Irene, Domingas, Lurdes Pimentel, Neidinha, Júlia e Ana Carvalho; do B.N.G., Fátima e Lisdália.

A acompanhar esta equipa deslocaram-se os camaradas Pedro Ramos, dirigente das FARP, e Carlos Dias, membro do Conselho Superior dos Desportos. O regresso da caravana está previsto para o próximo dia 30.

17.ª Jornada do Nacional de Futebol Bafatá e Estrela Negra em evidência

Ao fazermos um balanço da 17.ª jornada, a 2.ª da segunda volta do nacional de futebol, saltamos à vista dois resultados substanciais: o do Bafatá (5-3) sobre a UDIB, e o da Estrela Negra de Bolama (6-2) sobre o Ténis Clube. O Benfica, por sua vez, permanece no comando ao somar mais dois pontos em Tombali, com (2-1) sobre o desportivo local. Segue na tabela «Os Balantas» de Mansoa, com menos um ponto. Esta equipa ganhou em casa ao Desportivo de Buba, por duas bolas a zero.

O nosso «tomba-gigantes», a revelação da época, o Desportivo de Cantchungo, perdeu na jornada finda frente ao desportivo de Farim, por uma bola sem resposta. Por outro lado, o Sporting ganhou ao Bula por 2-0, em Bissau; o Ajuda Sport perdeu com o Desportivo

de Gabú por (1-2); e as FARP foram ganhar a Bissorã por 2-0 ao Atlético local.

Na 2.ª jornada da primeira volta correspondente a esta, tinham-se verificado os seguintes resultados: FARP, 2-Bissorã; 1; Ténis, 3-Bolama, Benfica, 4-Tombali, Cantchungo, 0-Farim, Bula, 1-Sporting, 4; Udib, 0-Bafatá, 1; Gabú, 0-Ajuda Sport, 0; e Buba, -Balantas, 4.

Tabela classificativa

	J	V	E	D	GM	GS	P
BENFICA	17	12	1	4	40	17	25
Balantas	17	10	4	3	29	11	24
Cantchungo	17	9	3	5	24	16	21
Sporting	17	8	5	4	28	17	21
Bafatá	17	9	2	6	30	25	20
Farim	17	8	4	5	19	19	20
FARP	17	9	2	6	26	19	20
Udib	17	7	4	6	31	27	18
Bula	17	8	2	7	30	26	18
Bolama	17	6	3	8	36	37	15
Gabú	17	5	5	7	21	29	15
Tombali	17	6	2	9	29	26	14
Ténis Clube	17	5	2	10	26	38	12
Bissorã	17	4	2	11	38	45	10
Ajuda Sport	17	3	4	10	20	35	10
Buba	17	4	1	12	28	45	9

Benfica

Nova mudança de treinador

O Benfica acabou de fazer a sua quarta mudança de técnico nesta época. Desta vez é o treinador Tonecas Parente que, após cerca de dois meses ao serviço deste clube, teve que se deslocar na semana passada a Portugal, em serviço dos Armazéns do Povo, onde receberá um estágio de reparação de máquinas de contabilidade, com dura-

ção de dois meses. Numa reunião entre dirigentes e jogadores do clube, decidiu-se que a equipa de futebol ficará, sob orientação de um antigo atleta e dirigente do clube, Plácido Évora, tendo este como auxiliares, o capitão da equipa, Niná, e o sub-capitão Agostinho.

Antes da sua partida para Portugal, o técnico Tonecas Parente garantiu-

-nos numa breve declaração que «o Benfica está bem entregue, visto que Plácido é um bom conhecedor da matéria». Por outro lado, Tonecas Parente manifestou toda a sua confiança no que diz respeito à moral e boa técnica forjadas até agora, afirmou que, se continuarem a trabalhar assim «de certeza que, no fim da época, haverá alegria para todos».

O mar e o seu direito

(Continuação das Centrais)

aliás adoptado pela Noruega e Finlândia no seu tratado sobre este assunto, assinado em 1924:

«Quando as costas de dois Estados estão frente a frente ou são limítrofes, nenhum dos estados tem o direito, salvo acordo em contrário entre eles, de estender o seu mar territorial para além da linha mediana em que todos os pontos são equidistantes dos pontos mais próximos das linhas de base a partir das quais é medida a largura do mar territorial em cada um dos Estados. Estas disposições não são, no entanto, aplicáveis nos casos em que, ou por motivos históricos ou por outras circunstâncias especiais, se torne necessário delimitar o mar territorial dos dois

estados de maneira diferente da preconizada».

Este critério, aceite pela generalidade dos Estados, viria a ser confirmado pela III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e incluído no Texto Composto adoptado na sua sexta sessão, em Julho de 1977, em Nova York.

II PARTE — A IMPORTANCIA ECONÓMICA DOS MARES

O Mar, que começou por assustar os homens devido à sua vastidão, depois de utilizado como meio de comunicação, pouco a pouco se foi transformando num elemento importantíssimo para a vida do Homem sobre a terra. Essa impor-

tância foi aumentando à medida que foram sendo conhecidas as imensas riquezas, tanto biológicas como minerais, que o mar encerra.

RECURSOS BIOLÓGICOS DOS MARES

De alguns anos para cá, os mares passaram a constituir, cada vez mais, a principal fonte de proteínas para a alimentação dos povos do mundo inteiro.

A carência alimentar conjugada com o aumento incessante da população mundial impulsionaram o desenvolvimento das actividades piscatórias em todos os países do mundo. Há populações que vivem quase que exclusivamente das pescas! Por todas estas razões,

muitos países se dedicaram ao estudo e investigações científicas orientadas no sentido do melhor conhecimento das espécies biológica dos mares, da quantidade e qualidade das reservas que constituem os recursos vivos das diferentes áreas do mundo.

As grandes potências marítimas, à frente das quais os EUA e o Japão, fizeram grandes investimentos no domínio das pescas, com a construção de barcos de grande calado e grande autonomia.

Dispondo de tecnologia avançada, aperfeiçoaram os métodos da pesca e a capacidade das redes, aumentando enormemente o seu poder de captura. Utilizando a conservação pelo frio, instalaram em barcos autênticas fábricas

complexas de transformação de peixe.

Assim, estavam prontos a alargar, e efectivamente alargaram, a sua actividade piscatória a áreas diferentes e muito distantes dos seus países.

Após a descoberta da utilização industrial das algas, o consequente desenvolvimento acelerado da tecnologia da pesca le-

vou à adopção, pelos países imperialistas, de verdadeiras fábricas de captura de pescado, com a aplicação do chamado «método de sucção». Com este método, nem as crias, nem mesmo as algas marinhas (plantas que servem para a alimentação dos peixes), escapam à rapacidade dessas potências.

Taça de Africa dos campeões

BRAZZAVILLE — A equipa campeã de futebol do Congo o «Etoile du Congo» venceu na passada 6.ª feira, em Brazzaville, o clube gabonês «FC 105», por 2 bolas a zero, no jogo que contava para os oitavos de final da taça dos clubes campeões. O embate da segunda mão terá lugar em Libreville, no próximo dia 1 de Abril.

Yemens:

Normalização das relações

BAGDAD 18 — Os chefes de estado-maior dos dois Yémenes aceitaram anteaontem concluir a retirada das suas tropas dos dois lados da fronteira antes de 23 de Março, data inicialmente fixada.

A agência iraquiana de informação anunciou que este acordo foi realizado no final de uma reunião dos dois responsáveis militares em Aden (Yémen do Sul), na presença do general Ibrahim Mahmoud Younes, presidente do comité de controle da Liga Árabe.

A agência indicou ainda que o chefe de estado-maior de Sanaa (Yémen do Norte), coronel Ali Saleh Cheiba, foi recebido no domingo pelo chefe de Estado sul-yemenita, Abdel Fattah Ismail, com quem discutiu os meios de reforçar as relações inter-yemenitas, a fim de realizar a unidade.

Por outro lado, soube-se que recomeçou a ligação aérea entre Aden e Sanaa, que fora suspensa há três semanas, no início das hostilidades entre os dois países.

«A solução do conflito inter-yemenita reside na realização da unidade dos dois países na base das resoluções da cimeira árabe do Cairo de 1972» — declarou o presidente sul-yemenita, Abdel Fattah Ismail, numa entrevista concedida ao semanário libanês «Al-Hourriya».

Declarando-se pronto para iniciar negociações sobre a unidade dos dois Yémenes, Ismail espera que a próxima cimeira no Koweit seja «o primeiro passo para a unidade do Yémen». (FP)

Grenada: eleições dentro de quatro meses

SAINT GEORGE (Grenada) — A calma é total em Grenada, após o golpe de Estado de terça-feira passada. Segundo sublinhava ontem, uma fonte oficial, em Saint George, capital da ilha, umas das principais preocupações do novo governo é a questão do seu reconhecimento pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá.

As novas autoridades de Grenada começaram uma campanha discreta mas insistente com vista ao seu reconhecimento por estas três potências.

Em meios próximos do governo, dá-se grande atenção às informações segundo as quais o antigo primeiro-ministro, Eric Gairy — que se encontra nos Estados Unidos, onde chegara 24 horas antes do golpe de Estado — e os seus partidários, realizam uma campanha inrernacional contra o regime de Maurice Bishop, tentando, nomeadamente, obter uma intervenção militar contra as novas autoridades de Grenada. Esta informação foi confirmada por um porta-voz do Departamento de Estado americano, que acrescentou, no entanto, que de momento, o seu departamento

África Austral

ONU debate agressões sul-africanas — recolher obrigatório em toda a Rodésia

NOVA YORK — O Conselho de Segurança da ONU encontra-se reunido desde ontem de manhã, para examinar a situação criada na África Austral após os ataques aéreos lançados pela aviação sul-africana contra Angola.

Face a esta escalada da guerra, que atingiu a dimensão de uma verdadeira invasão, o estado-maior das FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) exortou no sábado o povo angolano a preparar-se para «uma batalha campal contra o agressor imperialista». Um bombardeiro dos racistas de Pretória foi abatido pelas FAPLA no dia 14 do corrente, quando bombardeava a aldeia de Duediva, na província meridional do Cunene.

Um comunicado do es-

tado-maior angolano, assinado pelo comandante David Moisés, precisou que três soldados angolanos morreram, e 14 ficaram feridos durante este ataque.

Os dirigentes de Pretória e de Salisbúria intensificaram as agressões contra os países vizinhos. No espaço de uma semana, do final de Fevereiro ao princípio de Março, os agressores bombardearam intensamente instalações e campos de refugiados rodesianos e namibianos em

Angola, em Moçambique e na Zâmbia.

Dez dias depois, os «Mirages» sul-africanos e os helicópteros «Puma» largaram a sua carga mortal sobre cidades e aldeias de Angola e da Zâmbia, e os bandidos de Ian Smith bombardearam os campos de refugiados na província moçambicana de Gaza.

Recorrendo ao terror e à agressão, os racistas de Pretória querem comprometer o processo de independência da Namíbia e aniquilar a SWAPO, movimento de libertação da Namíbia.

Por seu lado, o regime de Smith já declarou o recolher obrigatório nas regiões industriais de Salisbúria. Todas as

personas detidas entre as sete horas da noite e as cinco da manhã sem salvo-conduto serão fuziladas no local.

O chamado governo provisório rodesiano decidiu também mobilizar todos os homens de 50 a 59 anos de idade que moram na zona urbana. Os novos recrutas serão integrados na reserva da polícia rural ou da polícia urbana.

Estas medidas são uma prova do fracasso das tentativas do regime rodesiano para estabilizar a sua situação com ajuda do «regulamento interno», de forçar a Frente Patriótica do Zimbábwe a depôr as armas. — (Tass)

Brasil: novo presidente enfrenta problemas económicos e sociais

O general João Baptista de Figueiredo, de 60 anos de idade, é, desde quinta-feira passada, o quinto general que ascende à presidência do Brasil desde o golpe militar que derrubou o sistema constitucional João Goulart, em 1964. O novo mandatário, juntamente com o vice-presidente, Aureliano Chaves, recebeu os atributos do mandato das mãos do chefe de Estado cessante, general Ernesto Geisel, em cerimónia realizada na sede do governo, em Brasília.

A transmissão de poderes foi feita na presença de mais de cem representantes de nações estrangeiras e autoridades brasileiras.

No momento da investidura, o país está, porém, conturbado por greves sérias, que reflectem os problemas económicos e sociais que o novo chefe de Estado enfrentará.

Na importante cintura industrial de São Paulo, mais de 200 mil metalúrgicos entraram, ontem, na sua segunda semana de greve, — considerada ilegal pelo Tribunal do Trabalho — reivindicando melhores salários, o mesmo acontecendo com 82 mil professores nas escolas oficiais do Estado do Rio de Janeiro.

As greves, que foram proibidas em 1964, quando da tomada do poder pelos militares, tornaram-se o tema do dia-a-dia nos jornais, na rádio e na televisão, que apoiados pela liberdade de imprensa, não hesitam em revelar o descontentamento dos trabalhadores, que também receberam o apoio da Igreja que se manifestou através de um pastoral lido no domingo nas igrejas da arquidiocese de São Paulo.

As paralisações efectuadas apesar da proibição, têm sido numerosas a partir de 1978.

Figueiredo encontra-se, pois, ante uma «bola de neve» de conflitos que pode alterar o seu projectado esquema económico, baseado no controlo da inflação que, em 1978, atingiu os 42 por cento. A «muralha para conter a bola de neve» seria o retorno à proibição de greve, mas este esquema tampouco se enquadra no seu programa de governo tendente a conseguir «uma melhor distribuição de riqueza e uma abertura política», que fracassaria, caso, através da força, se tentasse conter as greves.

RELAÇÕES BRASIL/ÁFRICA

A importância das relações entre o Brasil e a África foi sublinhada na quinta-feira em Brasília pelo novo presidente do Brasil, general João Baptista de Figueiredo, no seu discurso de investidura.

Salientou, nomeadamente, «com uma satisfação especial, a presença de representantes de nações africanas que bem recentemente se tornaram independentes». Insistiu no «significado histórico do facto» que reflecte a importância das relações entre o Brasil e a África, relações «cujas perspectivas são tão vastas como entrelaçadas nas nossas raízes étnicas, linguísticas e culturais».

não respondeu ao pedido, pois estuda ainda a situação.

«Toda e qualquer ajuda externa ao regime deposto será considerada uma interferência intolerável nos assuntos internos» do país, declarou Maurice Bishop, dirigente do novo governo de Grenada, que anunciou que vai pedir aos Estados Unidos a extradição do primeiro-ministro deposto.

Bishop denunciou ainda as ligações militares e económicas que o regime de Eric Gairy mantinha com a Junta Militar chilena e com o governo racista da África do Sul.

O novo governo de Saint George's conta organizar eleições gerais dentro de quatro meses. O primeiro-ministro, está convencido que só as eleições podem persuadir os governos estrangeiros de que o povo deste país, «está fadado de Eric Gairy e da sua longa lista de danos».

Bishop pediu, por outro lado, ao povo de Grenada, para apoiar as novas autoridades no poder.

«Tomamos o poder para assegurar a todo o emprego, a alimentação, a habitação e a assistência médica», sublinhou. (FP, Tass)

Congo celebrou o 2.º aniversário da morte de N'Gouabi

BRAZAVILLE, 19 — O segundo aniversário do assassinato do comandante Marien N'Gouabi (18 de Março de 1977) foi comemorado anteaontem em todo o Congo, sob o lema da «produção e da reflexão».

Na capital congoleza, todos os trabalhadores do sector público e privado foram trabalhar de manhã, assim como os alunos e estudantes.

«O facto de os congolezes trabalharem este domingo, escreveu a Agência Congoleza de Informação, coaduna-se com o espírito do dia 18 de Março», baptizado no Congo

«Dia do Sacrifício Supremo».

O coronel Denis Sassou N'Guesso, presidente do Comité Preparatório do terceiro congresso extraordinário do partido, presidiu a tarde à cerimónia de deposição de uma coroa de flores no túmulo do museu Marien N'Gouabi, no museu «Marien N'Gouabi». Assistiram a esta cerimónia o corpo diplomático, os membros do comité central e a viúva do falecido presidente, Celine N'Gouabi. Uma salva de 21 tiros de canhão foi disparada, seguida de um minuto de silêncio.

CHISSANO VAI A PORTUGAL

Joaquim Chissano, ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, visitará Portugal ainda este ano, em data a marcar oportunamente. Esta visita corresponde a um convite que lhe foi endereçado por seu homólogo português, e que foi transmitido pessoalmente pelo respectivo secretário de Estado, Paulo Ennes.

Ennes esteve recentemente em Maputo, onde teve uma reunião com Chissano, tendo nela sido analisados problemas ligados às relações entre os dois países.

PRÉMIO PARA A CAMARADA ANDRÉE TOURÉ

CONAKRY — O prémio internacional «Simba», para a emancipação da mulher no mundo, foi atribuído este ano à camarada Andrée Touré, esposa do presidente da República da Guiné. Este prémio, instituído pelo jornal italiano «Courrier African», foi-lhe entregue durante uma cerimónia realizada na semana passada, no palácio do Povo em Conakry. — (FP)

GHANA: JORNAL CRITICA DECISÃO DO GOVERNO

ACCRA — O jornal ghanense «Daily Graphic» órgão do Estado, condenou a decisão governamental de conceder aos partidos políticos do país um crédito de dois milhões de «cedis», a fim de comprarem cem veículos para a campanha eleitoral. «Como é que o governo pode ser tão desumano», escreveu um dos colaboradores do jornal, precisando que se trata da importação de cem «Peugeot» 504 «quando o país deve fazer face a uma escassez de artigos de primeira necessidade». — (FP)

GISCARD D'ESTAING NA URSS

MOSCOVO — O presidente Valery Giscard d'Estaing da França, visitará a União Soviética no dia 29 do corrente, a convite de Leonide Brejnev, secretário-geral do PCU e presidente do Soviet Supremo da URSS. (Tass)

Samba Lamine visita projecto de abastecimento de água no Sul

O Comissário de Estado dos Recursos Naturais, camarada Samba Lamine Mané, visitou na passada quinta-feira, em Buba, região de Tombali, o centro do projecto de abastecimento de água ao Sul do país. O referido projecto, com duração de cinco anos, é financiado pelo governo holandês num total de 15 milhões de florins (cerca de 247 milhões e 500 mil pesos), e compreende a criação das infraestruturas indispensáveis ao seu arranque e o abastecimento de água às regiões de Buba, Tombali, Bolama e a cidade de Bafatá, com a abertura de 400 furos de água equipados com bombas, nas tabancas, e a construção de instalações sanitárias (latrinas, esgotos, entre outras).

Acompanhado pelo presidente do Comité de Estado da Região camarada Quemo Mané, e outros responsáveis regionais e técnicos daquele departamento, o Comissário Samba Lamine Mané inteirou-se do andamento dos trabalhos e das principais dificuldades que se

colocam aos cerca de 50 trabalhadores do projecto, apoiado por seis cooperantes holandeses. O responsável pela parte guineense, camarada José Lopes poria o camarada Comissário perante a necessidade de equipar melhor a oficina local, o que permitirá cobrir as necessidades do centro e evitar a importação de certas peças do exterior, capazes de serem fabricadas no próprio centro.

Existe um projecto piloto de quatro meses para a abertura de 30 furos executados com sondas e equipados com bombas manuais. Até este momento já foram feitos seis furos à máquina e outros tantos por processos manuais. A principal dificuldade relaciona-se com a dureza do terreno, que, muitas vezes origina a deterioração das máquinas. Por isso, estão a ser aproveitadas as experiências locais para a abertura de poços.

Paralelamente, está a ser desenvolvido um programa de activação social, junto das populações, levado a cabo por

trabalhadores destacados para o efeito.

O plano, segundo explicações dos responsáveis locais visa sensibilizar as populações para a necessidade de utilizarem a água das bombas em vez da dos poços ou nascentes, como até aqui

vem sendo hábito. A comitiva visitou igualmente a horta do centro, uma experiência que irá ser desenvolvida junto das populações para um melhor aproveitamento das águas dos poços e nascentes.

Vietnam: continua a mobilização geral

HONG KONG — O Vietnam apelou ontem a nação a prosseguir a sua mobilização geral para fazer face «às novas ameaças de aventuras militares chinesas para anexar o Vietnam», anunciou um comunicado do Ministério vietnamita da Defesa:

Por outro lado, o Vietnam reafirma a sua posição quanto a eventuais conversações com a China. «As conversações com a parte chinesa poderão começar uma semana após a retirada completa das tropas chinesas

para lá da fronteira estabelecida historicamente, e que as duas partes se comprometeram a respeitar, declarou Pham Van Dong, Primeiro-ministro da RSV.

Estas conversações, afirmou ele numa entrevista ao correspondente da agência France Presse, têm por objectivo resolver os problemas respeitantes aos dois países, na base do respeito mútuo da independência e da soberania nacionais e da integridade territorial de cada país. (FP. Tass)

FAO recomenda a criação de reservas alimentares mundiais

ROMA 19. — A constituição de reservas alimentares mundiais «é urgente», declarou ontem em Roma, Eduardo Saouma, director-geral da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) que propôs um plano para segurança alimentar.

«Uma repetição da crise alimentar mundial de 1972-73 continua possível enquanto os armazenamentos actuais de cereais não forem objecto de coordenação internacional», sublinhou Saouma, considerando que as medidas tomadas até agora para a segurança alimentar são perigosamente insuficientes.

Para preencher o vazio deixado neste domínio pela interrupção a 14 de Fevereiro passado, das negociações de Genebra para um novo acordo sobre o trigo, Saouma propôs um plano de cinco pontos.

Este plano retoma as recomendações do «engajamento internacional so-

bre a segurança alimentar mundial» assinado em 1974.

— Todos os países deverão adoptar políticas nacionais de armazenamento de cereais. As reservas deverão ser utilizadas por razões de segurança alimentar e não com objectivos comerciais.

— O Comité da FAO sobre a segurança alimentar mundial definirá as regras a seguir para a libertação desses artigos de reserva, que serão utilizados em casos de más colheitas, de catástrofes naturais, ou para permitir aos países em vias de desenvolvimento assegurarem as suas importações alimentares a preços razoáveis.

— Os países fornecedores de alimentos são convidados a aumentar as suas ajudas alimentares para atingir um milhão de toneladas por ano objectivo — jamais atingido — fixado pela conferência mundial da alimentação de 1974.

Resposta angolana

cont. da Pág. 1

saído cara aos seus autores. Um bombardeiro sul-africano foi abatido pelas Forças Populares de Libertação de Angola, quando a aviação de Pretória atacava a povoação de Doediva. Segundo um comunicado do Estado-maior general das F.A.P.L.A., publicado na sexta-feira, em Luanda, três soldados angolanos foram mortos e quatorze feridos durante esta agressão. O comunicado reafirma que face a esta «escalada da guerra, que atingiu a dimensão de uma verdadeira invasão, o estado-maior general exortou o povo a preparar-se para «uma batalha renhida contra o agressor imperialista».

Por outro lado, o desrespeito, por parte dos racistas, da integridade territorial dos países vizinhos, levou estes a reforçarem as suas estratégias defensivas. É assim que pode ser encarada a viagem relâmpago do presidente Samora Machel de Moçambique, ontem de manhã a Nampula, no norte do país, para conversações com o presidente tanzaniense Julius Nyerere. (FP)

Luiz Cabral prossegue visita à Europa

(Continuação da 1.ª pag.)

moço em honra do Presidente Luiz Cabral.

Na sua intervenção, o camarada Presidente Luiz Cabral após situar que, apesar da distância que separa os nossos países, os nossos povos estão próximos na similitude dos sentimentos que os animam. Saudou a comunidade como o resultado dum convergência de esforços dos povos europeus, na procura da estabilidade, para um melhor equilíbrio económico e financeiro, o progresso, a paz e a felicidade, e a procura da solução dos grandes problemas que preocupam a Humanidade.

O VALOR DA UNIDADE

«Foi na procura da unidade, e é procura da unidade Guiné Cabo Verde, que a CEE e nos podemos avaliar a importância para os povos da busca da unidade», diria ainda Luiz Cabral mais a frente, o camarada Luiz Cabral, definiria a nossa estratégia de desenvolvimento, situando a agricultura como factor prioritário e o sector económico mais vasto que agrupa a grande maioria das nossas populações.

«É no quadro desta estratégia, diria Luiz Cabral,

que o nosso governo se preocupa no melhoramento progressivo das condições económicas e sociais para uma vida melhor, sobretudo para as classes mais desfavorecidas. É dentro deste contexto que nós agimos».

Seguidamente, o camarada Presidente Luiz Cabral, frisaria que para alcançarmos tal objectivo não podemos ficar isolados. Bem pelo contrário, isso faz-nos viver e colaborar com os outros povos do mundo.

É dentro desta linha que a Guiné-Bissau julga ser importante e fundamental a cooperação com a Europa e o reforço dos laços entre os nossos dois continentes em todos os domínios, Luiz Cabral ilustraria esta sua afirmação, salientando as relações de amizade e cooperação com Portugal.

«É na linha desta política que nós aderimos à primeira Convenção de Lomé e na participação com os nossos irmãos ACP nas negociações desta convenção a CEE, com vista ao estabelecimento dum segunda convenção melhorada, em consequência da nossa experiência comum».

Afirmaria ainda que no quadro da Convenção de Lomé nós estamos esforçar-nos por demonstrar a nossa capacidade de iniciativa e a nossa vontade

em colaborar, para que se alcance as bases sólidas de cooperação entre os países dos ACP e a Europa dos nove.

No que concerne a criação de uma nova ordem económica internacional, o camarada Presidente Luiz Cabral diria que o seu aparecimento deveria ajudar a Humanidade à encontrar a paz, a justiça, o progresso, a compreensão, a amizade e a França cooperação entre povos e países na medida das suas capacidades actuais.

«A Convenção de Lomé, diria ainda o camarada Presidente Luiz Cabral, é um instrumento importante para se avançar nessa via. Ele contém feitos neste momento, que convém eliminar, abordando as nossas relações com a CEE, Luiz Cabral, em nome do nosso povo afirmou que a Comunidade Económica Europeia deu uma das contribuições mais positivas e importantes para o esforço de desenvolvimento do nosso país, depois da conquista total da nossa independência e soberania.

HOJE: CHEGADA A NORUEGA

O camarada Presidente Luiz Cabral, que apro-

veita esta sua deslocação a Europa para fazer visitas de trabalho a diversos países da CEE. Assim depois da visita oficial à sede da Comunidade, de 14 a 16, Luiz Cabral ficou mais dois dias na Bélgica, tendo-se avistado com o rei Balduino com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Henri Simonet e vários outros membros do governo belga. Ainda na capital belga, o camarada Presidente Luiz Cabral recebeu alguns amigos do nosso povo e Partido e membros de organismos não-governamentais.

Da Bélgica o presidente Luiz Cabral seguiu no domingo de automóvel para a Holanda, no domingo, onde permaneceu dois dias. Ontem, a comitiva presidencial teve uma sessão de trabalho com os ministros holandeses dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação e do Desenvolvimento.

Na tarde de domingo, Luiz Cabral recebeu o comité de apoio ao PAIGC, formado por imigrante, guineenses e caboverdianos naquele país, tendo em seguida trocado impressões com organismos não-governamentais. Ontem à tarde, o Presidente Luiz Cabral foi obsequiado com um almoço ofe-

recido pela rainha Juliana e pelo príncipe Bernardo.

Dos Países Baixos, o camarada Presidente segue para Noruega onde chega hoje e para Suécia. A última etapa da sua visita à Europa será a França. Na viagem de regresso, o camarada Luiz Cabral escalará ainda na Argélia, devendo regressar ao nosso país no dia 29.

Na sua viagem para a Europa, o Secretário-Geral adjunto do PAIGC, Luiz Cabral fez uma escala técnica nas ilhas de Canárias (e não na Mauritânia, como informamos na nossa edição anterior). Camarada Presidente pernito em Lisboa, onde foi recebido no aeroporto da Portela, pelo Presidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros português dr. Freitas Cruz.

Depois de um jantar íntimo entre dois chefes de Estado, houve troca de impressões sobre assuntos que interessam aos dois países, particularmente sobre o desenvolvimento de certas formas de cooperação encaradas nas últimas conversações durante a visita de Ramalho Eanes a Guiné-Bissau.